



QUEM MANDOU MATAR MARIELLE?



**CORTE PREVISTO NO PROJETO DE LEI
ORÇAMENTÁRIA ANUAL (PLOA) 2021
PODE INVIABILIZAR ATIVIDADES DE
ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**



Passando a boiada na educação e nos direitos sociais

Como mais uma ação de ataque à educação pública de qualidade, o governo federal, através do Ministério da Educação, anunciou uma proposta de corte de cerca de 8,6% para o setor, enviado no PLOA para 2021. Passar a boiada, como sugeriu o ministro do Meio Ambiente na fatídica reunião ministerial de abril de 2020, significa destruir todos os direitos sociais conquistados com muita luta pela classe trabalhadora, significa impor o pensamento único anticidência, significa promover o ódio e a desestruturação das políticas públicas.

Não satisfeitos com a “economia” feita pelo governo com a necessidade de trabalho remoto em tempos de pandemia, com o investimento absolutamente insuficiente realizado pelo governo federal no combate à COVID-19, com as mini reformas que flexibilizaram ainda mais os direitos trabalhistas, deixando milhares de trabalhadores à sua própria sorte, se não bastasse o aumento exponencial do desemprego, subemprego e emprego precarizado, o governo quer ainda fazer uma reforma administrativa para retirar ainda mais direitos da população.

Tendo como foco central da reforma administrativa o funcionalismo público, o projeto do governo federal,

protagonizado por Paulo Guedes, pretende reduzir salários e desestruturar serviços públicos, atingindo centralmente a população que mais precisa das políticas públicas e sociais, ou seja, a população mais empobrecida.

Nas Universidades, Institutos Federais e CEFET se intensifica a imposição pelo ensino remoto, de forma aligeirada, precarizada e, acima de tudo, excludente, deixando estudantes fora da possibilidade de realização de uma educação baseada no tripé ensino-pesquisa-extensão, reduzindo o processo ensino-aprendizagem a um mero repasse de informações e retomando a perspectiva de uma educação bancária que, diferente da época de Paulo Freire, além de descaracterizar a educação ainda expõe professor(a)s nas redes do mundo virtual. Redes que, aliás, têm servido como uma nova forma de apropriação privada do fundo público, uma vez que as instituições de ensino, em sua maioria, não se preocuparam em desenvolver plataformas públicas e livres, mas renderam-se aos grandes conglomerados tecnológicos.

É nesse contexto que também cresce a resistência contra o governo Bolsonaro e Mourão, com atos que pedem o fim do governo genocida. Também repercutiram, mais uma

vez, ações de visibilidade dos direitos LGBTTI, com a comemoração do Dia da Visibilidade Lésbica.

Terminamos o mês nos preparando para alguns importantes eventos, como a Plenária Nacional da Educação, que está sendo organizada pelo Fórum Sindical, Popular e de Juventudes de Luta por Direitos e Liberdades Democráticas, para a campanha em defesa dos serviços públicos que está sendo organizada pelo FONASEFE e preparando a participação no Congresso Mundial da Educação, organizado por uma articulação internacional que reúne entidades de educação de vários países da América Latina e do mundo.

O projeto de educação por nós defendido e construído ao longo dos quase 40 anos do ANDES-SN deve ser articulado com outros países da América Latina, com o conjunto da sociedade e dos servidores públicos. A educação é um patrimônio social e não pode ser reduzida à condição de mercadoria pelo projeto do capital.

Assim, nos meses de prorrogação do mandato da atual diretoria, deliberada pelo 8º CONAD Extraordinário, muitas lutas e ações devem ser realizadas, de forma a mobilizar a categoria para a defesa da educação e para o basta Bolsonaro e Mourão!

#FIQUE EM CASA

BASTA BOLSONARO E MOURÃO!

EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // site: www.andes.org.br // e-mail: imprensa@andes.org.br

Diretor Responsável: Cláudio Mendonça

Edição: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Coordenação Editorial: Jamile Rodrigues MTb 0010916/DF

Jornalistas: Bruna Yunes DrT 9045/DF, Luciana Sendyk, Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Diagramação, revisão e arte final: Angel Holanda // Fotos: Imprensa ANDES-SN, Divulgação, Banco de Imagens

Pandemia impôs desafios para organização no ANDES-SN



Foto: Divulgação

Um dos últimos eventos presenciais do ANDES-SN, o 39º Congresso aconteceu na cidade de São Paulo no início de fevereiro. Semanas depois seria confirmado o primeiro caso de uma pessoa contaminada pelo novo coronavírus no país e no mês seguinte, foi declarada a pandemia, em 11 de março, e o estado de calamidade pública no Brasil, em 20 de março.

Ainda naquele terceiro mês de 2020 e já com alguns cuidados adicionais, o Sindicato Nacional realizou, como primeiros encaminhamentos do 39º Congresso, a reunião conjunta dos Setores das Instituições Federais, Estaduais e Municipais de Ensino Superior (Ifes e Iles/Imes) e a reunião do Grupo de Trabalho de Comunicação e Artes, ambas no final de semana dos dias 14 e 15. E, também no dia 15 de março, o ANDES-SN participou da plenária do Setor da Educação e, em conjunto

com Fasubra e Sinasefe, constituiu o Comando Nacional de Mobilização e Greve do Setor da Educação.

Na semana que seguiu, várias universidades, institutos federais e Cefet suspenderam as atividades presenciais e muitas cidades começaram a decretar o isolamento social e a proibição de atividades em grupos, reuniões e do funcionamento de espaços de trabalho que não foram considerados essenciais.

Desde então, há mais de cinco meses, a organização da luta e do Sindicato Nacional passou a se dar de outra forma. Com isso, também foi prejudicado o processo eleitoral em curso para a escolha da diretoria que estará à frente do ANDES-SN no próximo biênio.

Antonio Gonçalves, presidente do ANDES-SN, avalia que um marco importante do início de 2020 para a luta da categoria foi o lançamento do Comando Nacional de Mobilização e

Greve ANDES-SN, Fasubra e Sinasefe. No entanto, ele lamenta que a organização da greve, a partir do momento em que chegou a pandemia, foi extremamente prejudicada.

“A diretoria do ANDES-SN tem buscado minimizar os impactos no que tange a mobilização da categoria e a construção da luta, mas o fato é que a própria pandemia, pelas suas características não só de isolamento, mas de impactos psíquico-sociais, impôs à nossa agenda a prioridade de salvar vidas. Então, na primeira etapa da pandemia essa foi a prioridade do sindicato. Obviamente, que não secularizamos as outras lutas, mas a nossa prioridade tem sido até aqui salvar vidas, ações de solidariedade. Mas, também, estamos atuando em diversos espaços que o ANDES-SN ajuda a construir - CSP-Conlutas, Fórum Sindical Popular e de Juventudes, Fonasefe - temos dialogado com as entidades da

educação. Mas, efetivamente, houve um prejuízo na construção da greve que vínhamos fazendo a partir da constituição do comando nacional de mobilização e greve”, explica.

Eleições do ANDES-SN

Diante da impossibilidade de realizar o processo eleitoral, conforme o calendário aprovado no 39º Congresso do ANDES-SN, o mesmo foi suspenso pela Comissão Eleitoral Central (CEC) da entidade, em acordo com as chapas inscritas. A partir dessa decisão, a diretoria da entidade convocou o 8º Conad Extraordinário, realizado via internet, para que a base do sindicato pudesse se posicionar e deliberar pela prorrogação do mandato da atual diretoria. O encontro aconteceu nos dias 30 e 31 de julho e as deliberações acerca do processo eleitoral foram precedidas pelo debate de conjuntura.

Os delegados e as delegadas do 8º Conad Extraordinário aprovaram a prorrogação do mandato da atual Diretoria Nacional (biênio 2018-2020), pelo prazo de até 90 (noventa) dias, prorrogáveis por mais até 90 dias. Decidiram, ainda, que a CEC seria responsável por refazer o regimento e o calendário eleitoral, tão logo seja possível a realização de eleições sindicais, a partir do diálogo com as duas chapas concorrentes ao pleito; e que a Diretoria Nacional do ANDES-SN convocaria um novo Conad Extraordinário, até setembro deste ano, para deliberar sobre o novo regimento e calendário eleitoral recomposto.

“Diante da impossibilidade de realizar a eleição e fazer a sucessão no ANDES-SN, nós tínhamos na diretoria, em mente, a garantia do princípio fundamental do nosso sindicato de consulta à base. O Conad Extraordinário virtual, o primeiro realizado pelo ANDES-SN nesses moldes, cumpriu esse papel que nós consideramos importante. Obviamente, nós sabemos de todos os limites de se fazer uma atividade virtual e tínhamos muito receio de não conseguir fazer isso de modo a contento, mas as avaliações que fizemos e que temos ouvido da base, é de que foi um evento exitoso e que cumpriu com o seu papel”, acrescenta Antonio.

O presidente do ANDES-SN lembra, também, que outras atividades do sindicato nacional, dentro das possibilidades, estão acontecendo de forma remota. Foi definida uma agenda de reuniões e atividades, para buscar encaminhar algumas das deliberações do 39º Congresso e também para aprofundar os debates junto à categoria, nesse momento tão complicado da conjuntura.

“Nós temos buscado fazer reuniões conjuntas dos setores, a diretoria já estabeleceu um calendário para as atividades dos GTs. Já tivemos reuniões do pleno do GTPaua e do GTPE, teremos o lançamento de uma cartilha do GTPE sobre ensino remoto. Vamos fazer, pelo GTPCEGDS, um seminário intercultural e o GTPFS vai fazer um curso de formação. Também convocamos o 9º Conad Extraordinário, que, dessa vez terá

três temas. Além da conjuntura, vai ser inserido o tema do plano de luta dos setores e as questões organizativas e financeiras, momento no qual vamos fazer a prestação de contas e decidir sobre a sucessão no ANDES-SN e como ela será feita. Portanto, esses são os encaminhamentos da luta nesse momento de pandemia”, conclui.

9º Conad Extraordinário

O 9º Conad Extraordinário do ANDES-SN terá como tema central “A vida acima dos lucros: Em defesa das instituições de ensino, dos serviços públicos e da autonomia sindical!”. O encontro acontecerá nos dias 28, 29 e 30 de setembro, pela internet, com três plenárias temáticas: Conjuntura, Atualização do Plano de Lutas dos Setores e Questões Organizativas e Financeiras. Nessa última será tratada a questão das eleições do Sindicato Nacional, aprovação do novo calendário e regimento que serão elaborados pela Comissão Eleitoral Central.

“A expectativa é que o 9º Conad Extraordinário possa fazer a atualização, mesmo diante dos limites do que é um evento virtual, dos principais elementos da luta dos setores, o que, inevitavelmente, abordará diversos aspectos na nossa luta geral. E que possamos, também, definir por um bom calendário para as eleições do ANDES-SN, de maneira a manter o princípio da deliberação pela base e a democracia desse sindicato”, comenta Eblin Farage, secretária-geral do ANDES-SN.

Manifestação das chapas no 8º Conad Extraordinário

As duas chapas que participam do processo eleitoral para a diretoria do ANDES-SN, biênio 2020-2022, se manifestaram, durante o 8º Conad Extraordinário, sobre a situação.

“Todas as nossas vidas sofreram mudanças e essa situação da pandemia no Brasil, a quantidade de mortos e o descaso com a sobrevivência de trabalhadores e trabalhadoras é fundamentalmente irresponsabilidade do governo federal que até o momento não

apresentou um plano efetivo de combate à pandemia e de preservação de vida e garantisse um isolamento social de fato. Justamente, por isso, o momento é de reafirmação pelo fora Bolsonaro e Mourão”, disse Rivânia Moura, da Chapa 1 - Unidade para Lutar: em defesa da educação pública e das liberdades democráticas.

“Estamos dentro de um sindicato que representa uma categoria cuja característica do trabalho está na Constituição Federal que

é integrar o ensino, pesquisa e extensão. Nesse momento, os 380 mil professores e professoras, os 200 mil cientistas no nosso país estão sendo violentamente atacados. Há perspectiva, sim, de defender a categoria, mas não de defender só a categoria, mas junto com outras entidades do campo da Ciência e Tecnologia e outras entidades profissionais e sindicatos do campo da Educação”, declarou Celi Taffarel, da Chapa 2 - Renova Andes.

Governo intensifica ataque e servidores reagem com mobilização



Embora a reforma administrativa “oficial” ainda não tenha sido encaminhada ao Congresso Nacional até o fechamento desta edição, desde o ano passado o governo vem encaminhando medidas que visam o desmonte total dos serviços públicos, através da desestruturação das carreiras e condições de trabalho dos servidores federais, da privatização de empresas públicas, eliminação de cargos e funções e suspensão de concursos públicos.

O ataque aos servidores e serviços públicos não é prerrogativa do governo Bolsonaro, nem de seu antecessor Temer. No entanto, a agenda neoliberal de implementação do Estado Mínimo foi intensificada a partir do impeachment

da presidente Dilma Rousseff. A aprovação da PEC do Teto dos Gastos, Emenda Constitucional 95, foi um dos golpes mais duros para estrangular as políticas sociais públicas e de assistência à população.

Agora, desde o ano passado, de forma “parcelada”, o presidente enviou aos parlamentares algumas propostas para dar sequência a esse desmonte. Entre as medidas, estão a PEC Emergencial 186/2019, PEC do Pacto Federativo 188/2019 e a PEC 438/2018.

Pandemia como argumento para ataques

No entanto, com a pandemia da Covid-19, a tramitação de pautas não relacionadas

diretamente com o combate à pandemia foi desacelerada. Para compensar, o governo incluiu ataques aos servidores na Lei Complementar 173, aprovada em maio, e que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2.

“Vários direitos dos servidores já vêm sendo atacados, por exemplo, esse dispositivo da Lei 173 que congelou qualquer possibilidade de reajuste salarial para os servidores. Isso já é uma forma de retirar direitos embora não esteja na reforma administrativa”, aponta Luiz Henrique Blume, 1º vice-presidente da Regional Nordeste 3 do ANDES-SN.

A LC 173 é fruto do acordo, entre governo e Congresso Federal, para

liberação de recursos e isenções fiscais a estados e municípios. A legislação prevê, como contrapartida, entre outras medidas o congelamento de salários dos servidores federais, estaduais e municipais até 31 de dezembro de 2021, embora não afete progressões e promoções, na interpretação da Assessoria Jurídica Nacional do ANDES-SN.

A lei proíbe, ainda, a realização de concursos públicos em diversas áreas. Abre exceção apenas para reposição de vacâncias decorrentes de cargos efetivos ou vitalícios, em casos de exoneração, demissão, promoção, readaptação, aposentadoria ou posse em outro cargo inacumulável, em áreas tidas como essenciais, entre elas a Educação. Porém, uma recente orientação da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional à Lei Complementar solicitada pelo Ministério da Educação interpreta que ficam suspensos todos os concursos públicos e só podem ser repostas vacâncias ocorridas após a vigência da nova lei. Ou seja, as vagas daqueles que, por exemplo, aposentaram, faleceram ou por algum motivo deixaram a universidade antes de 28 de maio deste ano não podem ser repostas, pelo menos até 31 de dezembro de 2021.

Ataques na mídia e reforma

Somam-se a esses tantos ataques, as constantes agressões verbais proferidas pelo ministro Paulo Guedes em relação aos trabalhadores do serviço público e a campanha intensificada por grandes veículos de comunicação de massa contra os servidores públicos.

“A mídia segue os interesses do Capital, que precisa de mais recursos para pagamentos dos juros e amortização da dívida pública. A mídia está apoiando esse projeto de desmonte do Estado. Por exemplo, a rede Globo mostrou uma pesquisa do Instituto Millenium, maquiada, sobre dados da folha de pagamento dos serviços, dizendo que vai mais recursos para salários que para educação e saúde, mas esquecem que boa parte dos serviços públicos está relacionada à quem os executa, ou seja os servidores. Não há educação sem professor, nem saúde sem médico, auxiliar, enfermeiro, por exemplo”, critica Blume.

De maneira tendenciosa e parcial as empresas buscam sustentar os argumentos, do campo neoliberal e do governo federal, de que os servidores públicos têm muitos “privilégios”,

são remunerados acima da média de mercado, não podem ser demitidos, entre outros. Ignoram, por exemplo, que mais de 50% dos trabalhadores do serviço público recebem até R\$ 5 mil reais, podem ser exonerados mediante processo administrativo e passam por processos de avaliação regularmente. Isso para preparar a opinião pública para a reforma administrativa que deve ser encaminhada ao Congresso Nacional em breve.

“Um dos principais pontos que está sendo ventilado é o fim da estabilidade dos servidores públicos de todas as esferas: federal, estadual e municipal. Isso porque será uma reforma administrativa através de uma Emenda Constitucional e vai modificar todo o aparato jurídico dos servidores e dos serviços públicos. Então, uma das principais questões é o fim da estabilidade. Embora hoje o servidor já seja passível de demissão e a imprensa diga que não podemos ser demitidos. O que eles querem fazer é impor ao servidor público a mesma regra do trabalhador da iniciativa privada, ignorando a natureza e particularidade do serviço público”, diz Blume.

Outro ponto que ele ressalta que deve estar presente na reforma é a possibilidade de redução dos salários dos servidores públicos em até 25%, sempre que houver necessidade de caixa dos governos.

“Isso é muito perigoso, porque primeiro retira a estabilidade do servidor e depois coloca a possibilidade de redução de salário. São direitos dos servidores públicos, conquistados com muita luta na Constituição de 1988”, alerta o diretor do ANDES-SN.

Segundo Blume, a reforma visa atender a pauta da direita liberal, que está em maioria no Congresso Nacional, liderada pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o qual já vem querendo pautar a reforma administrativa há algum tempo. “Além disso, os ataques aos servidores seria uma forma encontrada pelo governo federal para fazer caixa ao invés de mexer com os elementos principais que deveriam ser alterados que são o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública, as exonerações fiscais, e os impostos sobre grandes fortunas. A ideia é fazer caixa com salário dos servidores para que possa continuar fazer a política visando à reeleição”, acrescenta.

Enfrentamento

Para fazer frente à política de desmonte do Estado que vem sendo implementada a todo vapor pelo ministro Paulo Guedes, com apoio de parte do parlamento, e também por governadores e prefeitos, mais de 200 servidores públicos, representantes de diversas categorias do funcionalismo, se reuniram em um Seminário do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais, entre 12 e 14 de agosto.

Após três dias de debates, definiram uma série de estratégias de luta, como a realização de um dia nacional de lutas com greves e paralisações nas três esferas do funcionalismo (municipal, estadual e federal) e empresas estatais. Para a construção dessa data, prevista para 30 de setembro, serão realizadas atividades nos estados e nas bases das diversas categorias do funcionalismo, durante a primeira quinzena do mês.

Além disso, será desenvolvida também uma campanha nacional de comunicação em defesa do serviço e dos servidores públicos e das servidoras públicas, que coloque em pauta os perigos da reforma administrativa, que visa acabar com os direitos conquistados pelos servidores públicos federais, estaduais e municipais, e precarizar e privatizar serviços essenciais prestados à população.

Os servidores apontaram também a necessidade de uma greve sanitária para barrar o retorno às atividades presenciais enquanto não houver garantias efetivas de segurança para as trabalhadoras e trabalhadores.

“Apontamos como centralidade do Fonasefe a luta contra a reforma administrativa e os ataques dos governos aos servidores públicos, com a realização de um dia nacional de lutas, mobilizações, paralisações e greves para 30 de setembro, com atos onde for possível realizar em segurança, seguindo as regras sanitárias. Desse dia de luta também farão parte os trabalhadores das empresas estatais, que estão na mira da privatização do governo federal. As empresas estatais são fundamentais para o país, para a nossa soberania nacional e independência. A privatização vai fazer com que os serviços fiquem mais caros, prejudicando a população, em especial a mais pobre. Por isso, é importante somar as lutas e intensificar a defesa das estatais contra o sucateamento e as privatizações”, convoca o diretor do ANDES-SN.

Cortes na Educação previstos para PLOA podem inviabilizar funcionamento das instituições

**PRESSIONE OS DEPUTADOS
E DEPUTADAS DE SEU ESTADO
A VOTAREM CONTRA OS
CORTES NA EDUCAÇÃO!**



O governo anunciou no início de agosto, a intenção de retirar R\$ 4,2 bilhões do orçamento do Ministério da Educação para 2021. O corte terá um impacto de, aproximadamente, R\$ 1 bilhão no orçamento de universidades federais, institutos federais e Cefet, o que representará 18,2% a menos para as chamadas despesas discricionárias, que englobam, por exemplo, pagamentos de contas de água e luz, serviços terceirizados de limpeza e segurança, entre outros.

A redução do orçamento está prevista no Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) 2021, que será encaminhado ao Congresso Nacional pela Presidência da República ainda este ano.

Segundo o MEC, “em razão da crise econômica em consequência da pandemia do novo coronavírus, a Administração Pública terá que lidar com uma redução no orçamento para 2021, o que exigirá um esforço adicional na otimização dos recursos públicos e na priorização das despesas”.

As despesas discricionárias de diversos ministérios, em especial voltados para áreas sociais como Saúde, Educação, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, entre outras, foram reduzidas ao longo dos últimos anos, e, ainda, limitadas pela Emenda Constitucional 95, aprofundando a política de desmonte do Estado. Agora, segundo o ministro da Economia, Paulo Guedes, os cortes também se dão em decorrência

de programas de assistência durante a pandemia da Covid-19.

A perspectiva de redução no orçamento da Educação, apoiada na EC 95, que impôs teto ao orçamento da educação federal, poderá inviabilizar em um futuro próximo o funcionamento de diversas universidades, institutos federais e Cefet.

Vale lembrar que a EC 95, conhecida como Teto de Gastos, limita o aumento das despesas federais ao orçamento executado no ano anterior, corrigido apenas pela inflação. Ou seja, os cortes não têm impacto apenas no ano a que se referem, mas em toda a previsão orçamentária até 2037, uma vez que a regra é válida por 20 anos. Por exemplo, já no ano passado,

o governo federal contingenciou cerca de R\$ 5,8 bi da Educação, o que causou transtornos em diversas instituições e uma série de protestos pelo país.

Elizabeth Barbosa, 2ª vice-presidente da Regional Rio de Janeiro e da coordenação do Grupo de Trabalho em Política Educacional do ANDES-SN, lembra que desde 2016 vem sendo imposta uma redução brutal nas verbas destinadas à Educação Pública, que têm comprometido significativamente o funcionamento das instituições e políticas vinculadas ao MEC.

Ela aponta que a nova redução terá um efeito desastroso nas áreas de pesquisa e extensão, algumas das quais têm se mostrado fundamentais no combate à pandemia de Covid-19. “Isso significa um comprometimento brutal na pesquisa e na extensão, ainda mais se considerarmos o momento pandêmico que estamos vivendo”, afirma.

A coordenadora do GTPE ressalta ainda que o governo parece ignorar que as instituições necessitarão de mais recursos, e não menos, para poderem se adequar às condições necessárias para o retorno das atividades presenciais. “Isso tem um comprometimento avassalador, porque com a perspectiva do retorno presencial num futuro próximo, precisaremos adequar os espaços para receber a comunidade acadêmica em segurança. Teremos que rever o tamanho das turmas, ventilação das salas,

a infraestrutura de uma forma geral, a limpeza, os restaurantes universitários, coisas mínimas de higiene como papel toalha, sabão, que hoje inclusive faltam em alguns campi. Isso vai fazer com que as instituições tenham um gasto muito maior para poder dar conta de manter uma universidade funcionando em condições adequadas. Ou seja, é um corte devastador que comprometerá sobremaneira toda a perspectiva de ensino, pesquisa e extensão, e de adequação das instituições para o pós-pandemia”, alerta.

Infraestrutura em queda

Outro dado impactante, que corrobora a preocupação da diretora do ANDES-SN, é a queda acentuada, nos últimos anos nos recursos destinados investimentos em infraestrutura das universidades federais. Segundo um levantamento feito pelo portal G1, nos últimos 10 anos houve uma redução de 73% nesse valor.

Em 2010, o orçamento das instituições federais era de R\$ 40,58 bilhões, dos quais R\$ 2,78 bilhões foram destinados a investimentos em infraestrutura. Já em 2019, o orçamento geral das IFE foi R\$ 52 bi, enquanto os recursos para investimentos caíram para R\$ 760 milhões. Os valores foram corrigidos pela inflação. Vale ressaltar também que nos primeiros cinco anos a Educação federal ainda passava pelo processo de

expansão e que o orçamento da pasta não passou pelo ajuste necessário para dar conta da ampliação da rede federal.

Campanha pela não redução no PLOA

Logo após o anúncio de que o governo encaminhará ao Congresso Nacional uma previsão orçamentária menor para a Educação, inclusive em comparação com os recursos previstos para o Ministério da Defesa, o ANDES-SN e suas seções sindicais iniciaram uma campanha de mobilização pela não aprovação do PLOA nos moldes pretendidos pelo governo federal.

Elizabeth Barbosa reforça que é fundamental que todas e todos participem ativamente e exerçam pressão junto aos parlamentares de seus estados, para evitar que o projeto seja aprovado. O PLOA precisa ser apreciado nas duas casas – Câmara e Senado – e deve ser votado até o final do ano.

“É extremamente importante que a nossa base pressione os parlamentares e que toda a categoria e também toda a sociedade se mobilize para que a gente consiga reverter esse corte de 18,2% na LOA de 2021, para que possamos, pelo menos, ter uma expectativa de que, mesmo com as verbas muito curtas, consigamos manter um orçamento mínimo para garantir o funcionamento das instituições. Essa pressão é fundamental para a sobrevivência das universidades, dos institutos federais e dos Cefet”, conclama.



O IMPACTO DESSA REDUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS UNIVERSIDADES, INSTITUTOS FEDERAIS E CEFET SERÁ DE R\$1 BI E ATINGIRÁ AS DESPESAS QUE ENGLOBALAM CONTAS DE ÁGUA, LUZ, SERVIÇOS DE LIMPEZA, ENTRE OUTROS



O governo 'passa a boiada' no meio ambiente e compromete futuro do país

Desregulamentações e morte de ativistas tornam o Brasil um país sombrio



Foto: Shutterstock

Em 2019, o governo Bolsonaro publicou no Diário Oficial 16 atos relacionados ao meio ambiente, entre portarias, instruções normativas, decretos e outros. Entre março e maio de 2020, foram 195, segundo aponta levantamento do jornal Folha de São Paulo, em parceria com o Instituto Talanoa. A explicação para o volume de publicações pelo Executivo ter sido 12 vezes maior do que no ano anterior foi revelada na famosa reunião ministerial de 22 de abril, quando o ministro Ricardo Salles sugeriu aproveitar a 'distração' proporcionada pela pandemia do novo coronavírus para aprovar o máximo possível de medidas infralegais.

"Precisa ter um esforço nosso aqui, enquanto estamos neste momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa porque só se fala de Covid, e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas",

afirmou Salles, no encontro divulgado após determinação do STF.

Para a 2ª vice-presidente da Regional Norte I do ANDES-SN, Madalena Vange, a frase do ministro desnudou para toda a sociedade e para a imprensa internacional algo que já vinha sendo denunciado, há algum tempo: o destempero e autoritarismo do atual governo, no discurso e nas ações.

"A pandemia, que tantas mortes e dor já causou, é fruto da degradação ambiental e essa, tristemente, também tem aumentado com o desvio de atenção causado pelas respostas, ou falta delas, à crise sanitária global. Poderia ter sido uma oportunidade ímpar de fazer uma reflexão e tomar atitudes de proteção ao meio ambiente, mas os arautos da atual política ambiental preferiram deixar passar a boiada", lamenta a professora.

Pela 'porteira aberta' passaram decisões que, analisadas, confirmam a inten-

ção de desregulamentação. Entre elas, a reforma administrativa do ICMBio, órgão responsável pela gestão das unidades de conservação no país, do qual foram exonerados gestores especializados, substituídos por militares. Divulgada pela imprensa, a decisão é alvo de inquérito civil público.

Mais discreta, a instrução normativa 4/2020 do Ministério do Meio Ambiente (MMA), passou despercebida. A medida regula o pagamento de indenizações no caso de desapropriação de propriedades localizadas no interior de unidades de conservação, que facilita a expulsão de índios e quilombolas.

Houve, ainda, outras formas sutis de 'passar a boiada', como a flexibilização de obrigações ambientais de empreendimentos licenciados pelo Ibama durante pandemia. Ou a publicação de um código de ética com regras mais frouxas quanto à relação entre agentes públicos e privados, permitindo o

pagamento de despesas de viagens de servidores por empresas. Quando o ataque é escancarado, como notou o ministro, ativistas ambientais e movimentos sociais recorrem ao judiciário para impedir o cumprimento, como ocorreu com a decisão que anistiava desmatadores da mata atlântica e que transferia o poder de concessão de florestas para o Ministério da Agricultura.

Assim como o meio ambiente, seus defensores também são alvo constante: o Brasil é o terceiro país mais letal do mundo para ativistas ambientais, só atrás da Filipinas e da Colômbia, mostra relatório da ONG Global Witness. Ao menos 24 defensores da terra e do meio ambiente foram assassinados no país em 2019, 4 a mais do que em 2018. Quase todos os crimes (90%) ocorreram na região amazônica.

Nas Filipinas foram 43 pessoas mortas, e na Colômbia 64. Dos 212 casos registrados no mundo, dois terços ocorreram na América Latina.

O relatório ressalta o papel do governo Bolsonaro na escalada da violência, que “ao estimular a mineração em escala industrial e o agronegócio na Amazônia vem gerando graves consequências para a população indígena, assim como para o clima global”. A

organização chama a atenção para o fato de que, enquanto ativistas são calados, o desmatamento ilegal em terras indígenas aumentou 74% nos últimos dois anos e o Brasil “surpreendentemente representou um terço da perda de florestas tropicais do mundo em 2019”.

“À medida que Bolsonaro reduz a fiscalização ambiental, as redes criminosas que estão impulsionando o desmatamento da Amazônia receberam efetivamente luz verde”, declara a ONG.

Madalena Vange destaca que os ativistas estão sob dupla ameaça no atual momento. “As vozes que denunciavam a política do governo Bolsonaro para o meio ambiente, as invasões de reservas indígenas por garimpeiros, grileiros, madeireiros ilegais, pagam com o sangue e com a vida. Mas, agora, além dos assassinatos, as populações indígenas, por exemplo, se veem diante da Covid-19”, ressalta.

Ela cita os dados da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), que mostram que, até o fim de agosto, foram 27.034 indígenas infectados e 717 mortos, entre 155 povos afetados. Para a docente, “a falta de assistência em saúde e o impedimento para que organizações médicas humanitárias

como os Médicos Sem Fronteira atuem na saúde indígena só podem ser interpretadas como intencional, para que essas populações pereçam e deixem de ser um empecilho no trajeto sombrio dessa carruagem de Tanatos”.

Pandemia e ameaças de futuro

Quanto ao futuro imediato, a diretora do ANDES-SN destaca que romper com o delicado equilíbrio dos diferentes biomas desse planeta tem um impacto importante no surgimento de novas doenças. Assim foi com o HIV, o Ebola, o Sars-Cov-1, o H1N1 e tantos outros que afetaram a humanidade em virtude da adaptação de vírus que antes estavam restritos e passaram, através de algum hospedeiro desalojado de seu ambiente, a infectar o homem. Para ela, é de se esperar que, daqui para frente, quanto mais a degradação ambiental for se aprofundando, novas e graves epidemias venham a acontecer.

“Estamos chegando a um ponto sem retorno, de não conseguirmos mais que a floresta amazônica se recupere, de decretarmos o mais difícil e sombrio futuro não somente para as próximas gerações, mas também para os jovens da atualidade”, conclui Madalena.





A visibilidade é o primeiro passo na luta de mulheres lésbicas brasileiras contra a violação diária dos seus direitos. A data foi criada em 1996 e retrata a luta a favor da diversidade das mulheres e, em especial, de suas escolhas referentes a identidade de gênero e da afetividade.



Entidades latino-americanas da Educação se reúnem para construir o Congresso Mundial de Educação



Foto: SHUTTERSTOCK

Frente a uma conjuntura repleta de desafios, ampliados pela pandemia de Covid-19, a busca por soluções e formatos de enfrentamento para as crises econômica, política, sanitária e social é mais urgente ainda do que em recentes épocas históricas. A Educação, uma das principais ferramentas para compreensão da realidade e mudança social, como sempre é um dos alvos preferidos de grupos interessados em subtrair direitos das populações. Nesse sentido, não poderia haver momento mais propício para a realização de um grande encontro dos atores dessa pauta.

A direção do ANDES-SN participou, na primeira quinzena do mês de agosto, de uma reunião com entidades internacionais ligadas à Educação para construir um grupo de contatos com organizações latino-americanas e, posteriormente, realizar o Congresso Mundial de Educação para a Educação Pública e contra o Neoliberalismo Educativo.

Participaram da reunião diretores da Conadu Histórica da Argentina, da CNSUESIC do México e um representante da Venezuela. Pelo Brasil, estiveram presentes os diretores da Fasubra e Sinasefe. Eblin Farage e Osvaldo Coggiola, secretária-geral e encarregado de Relações

Internacionais, respectivamente, representaram o ANDES-SN. A participação do Sindicato Nacional como observador na articulação internacional entre as organizações latino-americanas da Educação Superior e na organização de um evento preparatório ao Congresso Mundial foi uma das deliberações do 39º Congresso Nacional do ANDES-SN.

Um dos temas discutido na reunião foi o fato de que a pandemia da Covid-19 tem servido de pretexto para o avanço da agenda neoliberal em diversas áreas, inclusive na Educação. O isolamento social imposto como forma de combate ao novo coronavírus serviu de mote para acelerar a atuação, que vinha ocorrendo de forma constante ao longo dos últimos anos, de empresas interessadas em novas formas de privatização educacional, associadas ao acesso de conexão à Internet e à posse de equipamentos para participação nas aulas virtuais.

Frente à atual conjuntura de quarentena, agentes privatistas oportunizaram a necessidade de tornar o ensino remoto uma realidade. Construir uma resposta não apenas para a atual situação, mas também para os próximos anos, exige pensar em uma alternativa pedagógica que sustente uma nova escola.

Segundo Osvaldo Coggiola, o ANDES-SN tem intensificado essa articulação com outras entidades da Educação para além das fronteiras nacionais. “O Sindicato Nacional vem intensificando as suas articulações internacionais no último ano, com a construção do Seminário Internacional do ANDES-SN, em 2019. E, também, no lançamento da revista Universidade e Sociedade, em sua edição especial sobre a Educação Superior na América Latina, este ano. Essas articulações têm que continuar”, afirmou.

Já para Eblin Farage, construir e fortalecer um grupo de organizações internacionais são desafios necessários diante da conjuntura enfrentada pelos países da América Latina. “É fundamental avançar na organização latino-americana de entidades combativas em defesa da educação superior pública. O projeto do Capital é o mesmo para toda a latino-américa. É por isso que a organização e a resistência também devem ser internacionais”, finalizou.

Em breve, será divulgado um documento oficial intitulado Rota do Congresso. O material traz uma proposta de calendário para realização de atividades virtuais no mês de setembro, que resultaram na consolidação e realização do Congresso Mundial nos dias 26 e 27 de setembro de 2020.